

VULNERABILIDADE SOCIAL E POBREZA NA JUVENTUDE: EVIDÊNCIAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO DE JOVENS DO SUL DO BRASIL

Área 2: Desenvolvimento Econômico

Ohanna Larissa Fraga Pereira¹
Vinícius Fortes da Silva Santos²
Guilherme Jorge da Silva³
Sibele Vasconcelos de Oliveira⁴

RESUMO

As pesquisas acerca do fenômeno da pobreza passaram por expressivas transformações ao longo das últimas décadas. As abordagens inicialmente instituídas sob a visão unidimensional, incorporaram, ao longo do tempo, a perspectiva de multifatores, sobretudo na visão de Amartya Sen, o qual destaca a análise da pobreza, das liberdades coletivas e individuais. Considerando a representação demográfica e a ocorrência de frequentes situações de vulnerabilidade social entre a população jovem, o presente estudo objetivou estimar uma medida multidimensional da pobreza para os jovens da região Sul do Brasil. Para tanto, aplicou-se o método Alkire e Foster, com base de dados captada da PNAD 2015 para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de forma a determinar a incidência de pobreza na amostra selecionada, bem como suas principais fontes. Para uma amostra de 12.138 jovens, foram investigadas 4 dimensões de análise e 11 indicadores de privação. Os resultados indicaram que, no geral, apenas, aproximadamente, 7,3% dos jovens da região Sul do Brasil são multidimensionalmente pobres, entretanto, desagregando em dimensões, constata-se que a dimensão *Condições Sanitárias* se sobressaiu como a principal fonte de privações, seguida por *Educação e Acesso ao Conhecimento*, *Renda-Trabalho-Lazer* e *Condições de Habitação*.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; População juvenil; Método Alkire e Foster; Brasil.
Código JEL: O15, I3, I32.

ABSTRACT

Research on the phenomenon of poverty has undergone significant transformations over the last decades. The approaches initially instituted under a one-dimensional view have incorporated, over time, the perspective of multifactors, especially in the view of Amartya Sen, which highlights the analysis of poverty, collective and individual liberties. Considering the demographic representation and the occurrence of frequent situations of social vulnerability among the young population, the present study aimed to estimate a multidimensional measure of poverty for the young people of the South region of Brazil. For this, the Alkire and Foster method was applied, with a data base from PNAD 2015 for the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, in order to determine the incidence of poverty in the selected sample, as well as its main sources. For a sample of 12,138 youngsters, 4 dimensions of analysis and 11 indicators of deprivation were investigated. The results indicated that, in general, only approximately 7.3% of the young people of the South region of Brazil are multidimensionally poor, however, disaggregating in dimensions, it is verified that the dimension Sanitary Conditions stood out as the main source of deprivation, followed by Education and Access to Knowledge, Income-Work-Leisure and Housing Conditions.

Keywords: Multidimensional Poverty; Youth Population; Alkire and Foster Method; Brazil.
JEL Code: O15, I3, I32.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: ohanna_larissa1@hotmail.com.

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: vfortesdasilvasantos@gmail.com.

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: guijorge2004@hotmail.com.

⁴ Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: sibele.oliveira@ufsm.br.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão do tema da pobreza na pauta da agenda política e acadêmica intensificou-se no período da Revolução Industrial, oportunidade em que proporções cada vez maiores da classe trabalhadora passaram a viver de forma miserável. O debate sobre a natureza e a intensidade das privações de vida da população mais vulnerável suscitou debates sobre como mensurar este fenômeno social complexo e sistêmico.

Inicialmente ancorados sob a visão unidimensional, os estudos pioneiros atrelaram o fenômeno da pobreza à avaliação da renda (perspectiva monetária). Entretanto, sobretudo as abordagens mais contemporâneas, têm se dedicado ao enfoque multidimensional, de forma a explorar a pobreza pela ótica multifacetada. Neste sentido, citam-se as pesquisas de Amartya Sen e a sua Abordagem das Capacitações.

Conforme argumenta Sen (2013), os agentes podem ser considerados privados de levar a vida que desejam socialmente sob vários aspectos, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. Desse modo, capacitar os indivíduos é um modo de dá-los liberdade para ser e fazer o que desejam em sociedade. A liberdade, além de um fim a ser alcançado, também pode ser considerada um meio de atingir o desenvolvimento e o enfrentamento às distintas fontes de privação.

Em específico, Sen (2013) disserta sobre as liberdades instrumentais, representadas pelas liberdades políticas, pelas facilidades econômicas, pelas oportunidades sociais, pelas garantias de transparência e pela segurança protetora. O foco na segurança protetora é válido a medida que se deseja analisar tanto os países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde coabitam grupos protegidos pela própria Constituição Federal e por políticas públicas. No rol de medidas protetivas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, tem-se àquelas voltadas a três grupos específicos: crianças e adolescentes, jovens e idosos. Esclarece-se que esses indivíduos são protegidos por conta da disposição à vulnerabilidade e a inúmeras condições de privação, com destaque para a juventude brasileira, que possui um Estatuto próprio para resguardá-la da pobreza em suas multidimensões.

Considerando a abordagem de Sen (2001) da pobreza multidimensional, este estudo propõe-se a responder: em quais dimensões e indicadores os jovens da região Sul do Brasil enfrentam maiores graus de privação? Para tanto, através da aplicação do método Alkire-Foster, objetivou-se estimar a incidência de pobreza no público juvenil da região Sul brasileira, bem como as principais fontes dessas privações. O grupo correspondente à juventude foi escolhido para análise devido a representatividade em termos populacionais no Brasil e, sobretudo, pelo grande potencial de desenvolvimento que esse grupo representa para a nação. Na região Sul, assim como nas demais regiões brasileiras, é a categoria com maior número de pessoas (IBGE, 2016).

Apesar da representação demográfica, diversas são as situações de vulnerabilidade social às quais os jovens brasileiros são submetidos. Gadea et al. (2017) argumentam que os jovens têm uma sociabilidade muito limitada, além de ser fragmentada. Eles vivenciam um período de grande transição, onde as principais decisões que os levam para a vida adulta, ocorrem concomitantemente (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2006). Sendo assim, o estudo acerca do caráter multidimensional da pobreza que acomete esta parcela significativa da população torna-se pertinente.

Destaca-se que, além da presente introdução, o estudo conta com cinco seções adicionais. A seguir, apresentam-se os principais referenciais teóricos da pesquisa. Na seção 3, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos empregados para a estimação da incidência de pobreza. Na seção 4, analisam-se os principais resultados do estudo. Por fim, são apresentadas as principais considerações e as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A natureza multidimensional da pobreza e as liberdades como instrumento na construção do desenvolvimento

Desde os primórdios do capitalismo, o fenômeno da pobreza passou a ser discutido e a atrair interesses de governantes e dirigentes a fim de compreender suas causas e dimensões (CODES, 2008). A industrialização, para além do progresso tecnológico, trouxe consigo condições miseráveis para a classe trabalhadora, tornando as pequenas políticas sociais, que ocorriam em instituições isoladas, insuficientes. Dessa forma, os debates em torno desse fenômeno chegaram a alcançar proporções macroeconômicas. A pobreza, que antes era vista por um enfoque unidimensional, medida apenas pelos níveis de renda, passou a buscar uma abordagem em que multifatores sociais e econômicos fossem agregados em sua mensuração (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Uma das conceituações multidimensional desse fenômeno que ganhou destaque foi a abordagem da pobreza como privação de capacidades básicas desenvolvida por Sen (2013). Em sua teoria, o autor insere a reflexão acerca da pobreza no campo legal, político e social. Assim, avança-se no sentido de entendê-la como um fenômeno agregador de multifatores, criando uma nova concepção que repousa na premissa de pobreza como uma privação de capacidades dos indivíduos.

As abordagens contemporâneas sobre a pobreza tendem a negar a influência exclusiva do nível de renda sobre os processos de privação. Desta forma, assumem a importância da falta de oportunidades de exercer a vida que se deseja socialmente como fator determinante para a instituição da pobreza. As múltiplas carências vividas pelos indivíduos pobres dão a eles uma existência curta com muitas complicações e perigos, provocando nessas pessoas sentimentos ruins de impotência, desesperança, vulnerabilidade, incapacidade política e entre outros, retirando delas liberdades essenciais à sua existência (WILBER, 1975; SEN, 2013).

Em seus estudos, Amartya Sen dá profundo enfoque às liberdades como meio e como fim, ou seja, como principal meio de se alcançar o desenvolvimento e como um fim primordial a ser atingido. O desenvolvimento, na visão do autor, tornou-se também um fenômeno multidimensional, que só consegue ser atingido quando o indivíduo ou a sociedade consegue libertar-se das diversas formas de privação que o mantem em condições precárias em quaisquer que sejam as dimensões. Portanto, a liberdade também é meio, ou um instrumento, para o alcance de melhores condições de vida e, conseqüentemente, caminho para a redução da pobreza em suas multidimensões (SEN, 2013).

Consideradas um meio para o desenvolvimento social e humano, as liberdades instrumentais são direitos ou oportunidades que ajudam a promover a capacidade geral dos indivíduos viverem mais livremente, ou seja, de viverem conforme desejam em sociedade. Elas operam individual ou conjuntamente por meio de políticas públicas que visam o aumento das liberdades substantivas e das capacidades humanas, envolvendo inúmeras instituições e organizações sociais em sua atuação (SEN, 2013).

Assim sendo, percebe-se que cada liberdade instrumental tem um valor próprio. Entretanto, sua integração e complementação com as demais pode fortalecer o desenvolvimento. Dependendo do contexto, é a atuação de um tipo específico de liberdade que se torna decisivo para garantir a existência e atuação das demais (ZAMBAM, 2009).

Nesse sentido, pautado no argumento de que a liberdade não é apenas um fim primordial do desenvolvimento, mas também o seu principal meio, o Quadro 1 traz o conceito de cada uma das cinco liberdades instrumentais evidenciadas na literatura de Sen: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Quadro 1 – Síntese das particularidades das cinco liberdades instrumentais

Liberdade Instrumental	Conceito
<i>Liberdades Políticas</i>	Relacionam-se com as oportunidades dadas aos indivíduos de poder escolher seus governantes, fiscalizá-los, escolher entre diferentes partidos políticos, ter liberdade de expressão para criticar as autoridades e ter uma imprensa isenta de censura. É uma liberdade bastante desenvolvida que engloba, sobretudo, os direitos civis.
<i>Facilidades Econômicas</i>	Relacionam-se com as oportunidades dadas aos agentes para utilizar recursos econômicos visando consumo, produção ou troca. Tais facilidades afetam diretamente no aumento dos recursos disponíveis à população e na melhora das condições de troca dos indivíduos.
<i>Oportunidades Sociais</i>	Relacionam-se com as oportunidades que a estrutura social oferece e que influenciam diretamente nas liberdades substantivas de o indivíduo viver melhor. As melhores condições de acesso à saúde, à educação e a outras áreas correlatas, contribuem para uma melhor condução da vida privada e para a participação mais efetiva do indivíduo na sociedade em seus âmbitos político e econômico.
<i>Garantias de Transparência</i>	Relacionam-se com o grau de confiança pressuposto nas interações sociais. As pessoas esperam que suas relações com as demais ou com as instituições ocorram pautadas na sinceridade. Dessa forma, essas garantias são instrumentos fundamentais contra a corrupção, as irresponsabilidades financeiras e transações ilícitas.
<i>Segurança Protetora</i>	Relaciona-se com a necessidade de garantir aos indivíduos seguridade social. Tal facilidade decorre do fato de que independente de como funciona o sistema econômico de uma nação, sempre existem grupos de pessoas vulneráveis às condições de privação. Logo, essa liberdade instrumental refere-se a mecanismos institucionais, permanentes ou temporários, criados com o objetivo de impedir que determinado grupo social chegue a condições de extrema pobreza ou até mesmo que tenham suas vidas inviabilizadas.

Fonte: Adaptado de Sen (2013).

Observa-se que as diversas formas de acesso às liberdades podem de fato funcionar como um instrumento na conquista do desenvolvimento. O fortalecimento dessas relações impulsiona o crescimento econômico ao: i) possibilitar o surgimento de oportunidades sociais que melhoram significativamente a vida privada e social dos agentes; ii) estarem inseridas em todas as dimensões de suas vidas, possibilitando a erradicação das formas multidimensionais da pobreza humana (SEN, 2001).

Buscando aproximar a teoria de Sen (2001) da realidade brasileira, torna-se pertinente considerar os grupos vulneráveis dessa sociedade, os quais necessitam, sobretudo, do papel especial exercido pela segurança protetora. Essa liberdade instrumental no Brasil relaciona-se diretamente a grupos específicos protegidos pela própria Constituição Federal, formado por

crianças e adolescentes, jovens e idosos. A juventude, particularmente, representa uma categoria de destaque, visto que as marcas da desigualdade social brasileira assolam diretamente esse grupo, que representa, por sua vez, a maioria da população do Brasil.

Além disso, esse grupo destaca-se por ser reconhecido pelo próprio Estatuto da Juventude como categoria estratégica na promoção do desenvolvimento do Brasil (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013). Portanto, entender as formas de erradicação das múltiplas facetas da pobreza dos jovens é um tema central em um país que busca o desenvolvimento.

2.2 Juventude e a segurança protetora: atenção aos grupos em vulnerabilidade social e o caminho para o desenvolvimento

Em 2016, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou relatório intitulado “*Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016*”, constituído da síntese de indicadores sociais sobre a realidade do povo brasileiro. Na análise, foram incorporadas as avaliações sobre educação, trabalho, saúde, distribuição de renda entre outras dimensões da vida da população brasileira. Em particular, relatou-se sobre as questões relacionadas aos “Grupos populacionais específicos”, em que se traduz a realidade de determinados conjuntos de pessoas que devem, segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, serem tratados de maneira diferenciada (IBGE, 2016).

De acordo com o IBGE (2016), os grupos populacionais formados pelas crianças, adolescentes, jovens e idosos, representavam mais da metade da população brasileira em 2015. São grupos especiais visto que apresentam particularidades em várias esferas de suas vidas. Dessa forma, a Constituição de 1988 confere certa proteção aos indivíduos enquadrados aos referidos grupos, compromissando Estado, famílias e toda a sociedade à garantia de direitos sociais a eles.

Ademais, as Nações Unidas (2015) aprovou o documento “*Transformando o nosso mundo: a agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável*”, estruturado em 17 objetivos e 169 metas que unem as dimensões econômica, social e ambiental. Buscam alcançar: a) a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões; b) a proteção do planeta e de seus recursos naturais; c) a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e d) a garantia dos direitos humanos e da igualdade de gênero. Nesse sentido, as ações da ONU demonstram preocupação com indivíduos que contemplamos grupos específicos existentes no Brasil.

Apesar da população brasileira estar envelhecendo e apresentar taxa de natalidade decrescente nas últimas décadas, o Brasil ainda constitui-se como um país da juventude. Dentre todas as gerações, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 mostram que os jovens são maioria na nação. Em 2015, eles representavam 23,6% da população brasileira. A região Sul abrigava 22,3% do total de jovens do Brasil, sendo eles a maior parte da população sulista. Nesse sentido, torna-se relevante uma análise mais aprofundada dessa população específica, que apresenta características e problemas particulares à sua geração (IBGE, 2015).

Vale destacar que jovens são as pessoas que possuem 15 a 29 anos de idade. Seus direitos sociais são assegurados pelo Estatuto da Juventude, que compreende um conjunto de atos e normas, além de estabelecer políticas públicas direcionadas a esse grupo. Sabendo da importância de conhecer as especificidades da juventude, a fim de garantir a efetivação de seus direitos, IBGE (2016) e Sander (2014) abordam temas como pobreza, violência, educação e trabalho como focos principais quando se trata de juventude. Porém, outras tantas dimensões são debatidas pelo Estatuto da Juventude como, por exemplo: o direito à cidadania, à participação social e política, à representação juvenil, à diversidade, à igualdade, à saúde, à cultura, à comunicação, à liberdade de expressão, ao desporto, ao lazer, ao território, à mobilidade, à sustentabilidade, ao meio ambiente, entre outros aspectos.

Dessa forma, percebe-se que a liberdade instrumental *segurança protetora*, dentro desse contexto, se torna primordial para garantir a atuação das demais. A vulnerabilidade da juventude em suas múltiplas dimensões é um quesito essencial para que tal liberdade atue como um meio visando à garantia do desenvolvimento humano, social e econômico dessa geração.

Sander (2014) destaca que a juventude brasileira passa por um processo histórico de exclusão social, política e econômica, sendo os jovens vistos pela sociedade apenas como um problema em detrimento de sujeitos sociais detentores de direitos e promotores do desenvolvimento. Amartya Sen aborda a questão da juventude ao enfatizar em sua literatura o empoderamento de pessoas e grupos empobrecidos como fonte de geração de liberdades, ou capacidades, que permitem a dignificação do sujeito. A marginalização desse grupo, que configura a grande massa da população brasileira, decorre de problemas além do âmbito puramente econômico. Apesar de os jovens constituírem a parcela da população que mais sofre com a incidência de pobreza extrema, que se relaciona diretamente com a renda, existem outros fatores que fomentam seu processo de exclusão social (GROPPO, 2016).

A melhoria das condições de trabalho, que constitui aspecto essencial do padrão de vida de uma população, é uma das principais demandas desse grupo, que luta por inserção digna no mercado de trabalho e por melhores remunerações. Os dados do WORLD (2016) apontam que a fragilidade no sistema econômico em épocas de crise atinge mais incisivamente a juventude. O estudo aponta que são esses indivíduos que primeiro perdem seus empregos. Porém, fazendo uma análise do mercado de trabalho brasileiro, com base nos dados da PNAD 2015, revela-se uma significativa melhora da situação vivenciada pelos jovens. Em comparação com os dados de 2005, aumentou o número de jovens com rendimento mensal superior a 1 salário mínimo, passando de 32,6% para 43,8%. Ademais, em relação às horas trabalhadas, 13,7% dos jovens deixou de trabalhar mais de 44 horas semanais (IBGE, 2015).

No esforço de análise do desenvolvimento de liberdade por parte dos jovens brasileiros, vale a apreciação do acesso à educação e ao conhecimento. Estes influenciam diretamente a liberdade substantiva dos indivíduos de buscarem melhores condições de vida. A literatura de Sen (2013) mostra que a falta de acesso a melhores níveis educacionais e ao conhecimento, constitui uma das principais barreiras para a expansão de outras liberdades, que poderiam gerar grandes oportunidades de desenvolvimento humano, social e econômico (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017). A análise do IBGE (2016) ressalta que a média brasileira de anos de estudo elevou-se nos últimos anos, chegando a 7,8 anos. No entanto, essa ainda é a média populacional mais baixa dos países do Mercosul.

Nesse sentido, entende-se que são inúmeras as dimensões condicionantes da vulnerabilidade sociais enfrentadas pelos jovens. A região Sul do Brasil, mais especificamente, possui o menor número de jovens em relação ao resto do país, entretanto, a juventude configura a maior parte de sua população. Dessa forma, as vulnerabilidades e as condições precárias vividas por inúmeros indivíduos desse grupo específico, tornam os jovens uma das categorias de grande importância a ser estudada. A juventude, segundo Groppo (2016), possui grande potencial de desenvolvimento em termos sociais, econômicos e humanos. Portanto, é imprescindível a busca por formas de diminuir os graus de pobreza e privação dos indivíduos pertencentes a esse grupo, de forma a encontrar meios que efetivamente expandam suas liberdades e, conseqüentemente, suas capacidades.

3 METODOLOGIA

Os estudos sobre pobreza e que desenvolvem o enfoque multidimensional do fenômeno incorporam em sua análise diversos aspectos que influenciam a qualidade de vida dos indivíduos. Busca-se, a partir da análise sistêmica, gerar informações mais condizentes com a realidade e com o cotidiano das pessoas. Alkire e Foster (2009) propõem um método para análise da pobreza multidimensional e que se baseia em doze passos para sua realização. Em especial,

o presente estudo visa realizar a aplicação do método proposto pelos referidos autores, em um esforço de avaliação da incidência da pobreza na população de jovens da região Sul no Brasil.

Sendo assim, avaliam-se a qualidade de vida e as privações vivenciadas pelos jovens de 15 a 29 anos residentes nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em específico, são operacionalizados os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015. Para estimação da incidência da pobreza na referida população, implementou-se os seguintes passos do método Alkire-Foster:

1. Escolha da unidade de análise: para o presente estudo, tem como unidade de análise a população jovem residente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais compõem a região Sul do Brasil.

2. Escolha das dimensões de pobreza: após vasta pesquisa bibliográfica, optou-se por analisar o fenômeno da pobreza sob quatro dimensões, intituladas a seguir:

- a) *Educação e Acesso ao Conhecimento*⁵;
- b) *Condições de Habitação*⁶;
- c) *Condições Sanitárias*⁷, e
- d) *Renda-Trabalho-Lazer*⁸.

3. Definição dos indicadores de análise: As quatro dimensões acima citadas são compostas por um total de 11 indicadores. Foram selecionados para compor a dimensão *Educação e Acesso ao conhecimento* dois indicadores: i) se a pessoa entrevistada possui *Acesso à internet* e ii) qual o *Grau de Escolaridade* do entrevistado. Para compor a dimensão *Condições Sanitárias* foram elencados três indicadores: iii) se a moradia do entrevistado possui *Abastecimento de água adequado*; iv) *Instalações Sanitárias*; e v) *Acesso à rede de esgoto*. A dimensão *Condições de habitação* foi representada por três indicadores: vi) se a moradia do entrevistado possui *Acesso à rede elétrica*; vii) se conta com *Coleta de lixo* e viii) se a *Abrigabilidade do domicílio é adequada*. Por fim, a quarta dimensão constitui-se de três indicadores: ix) o *Rendimento domiciliar per capita*; x) a *Carga adequada de horário de trabalho* e xi) se o entrevistado *Pratica atividades físicas*.

4. Definição das linhas de corte: Tal definição ocorre em dois momentos da análise. No primeiro realiza-se um corte em cada indicador selecionado, de modo a definir se as pessoas analisadas são privadas ou não em cada indicador considerado. Já o segundo corte, leva em consideração a soma das privações nos indicadores de cada indivíduo, de modo que se essa soma for superior ou igual a um determinado número estabelecido, o indivíduo é considerado multidimensionalmente pobre.

⁵ Entende-se que o acesso ao conhecimento e informações é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Conforme argumenta Sen (2001), a falta de acesso ao conhecimento escolar, por exemplo, pode criar aos indivíduos diversas barreiras à participação nas atividades econômicas. Dessa forma, quanto maior o nível de conhecimento e informação, menores as chances de permanecer em estado de pobreza.

⁶ Convenciona-se que a condição de moradia do indivíduo é determinante para sua qualidade de vida, ao seu bem-estar, entre outros fatores. Sendo assim, a privação aos bens materiais e ao acesso aos serviços básicos de moradia indica o grau de pobreza dos indivíduos.

⁷ O acesso aos serviços sanitários básicos significa a redução expressiva da suscetibilidade à contração de doenças por parte dos indivíduos. Indivíduos saudáveis tem mais oportunidades a acessar ao mercado de trabalho, a desenvolver o bem-estar, entre outros fatores.

⁸ A capacidade de acesso aos bens materiais por parte dos indivíduos tem relação com sua capacidade de ganhos financeiros e com as atividades laborais que exercem. Sendo assim, avalia-se que os ganhos monetários auferidos e perfil de trabalho desempenhado são influentes sobre as privações vivenciadas pelos agentes.

O quadro 2 sintetiza as dimensões, os indicadores e as condições definidas pelo presente estudo para determinar a pobreza multidimensional da população jovem da região Sul do Brasil.

Quadro 2 - Dimensões, indicadores e condições de privação definidos para o método Alkire-Foster aplicado

DIMENSÕES	INDICADORES	PROXY	PRIVADO SE...
Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	O entrevistado tem acesso à internet no próprio domicílio	Não tiver acesso à internet no próprio domicílio
	<i>Grau educacional</i>	Anos de estudo do entrevistado	Estudou menos de 8 anos
Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água adequado</i>	Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio do entrevistado	Não tiver água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio
	<i>Instalações sanitárias</i>	Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade do entrevistado	Não tiver banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade do entrevistado
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário do entrevistado	A forma de escoadouro não for através de rede coletora
Condições de Habitação	<i>Acesso à energia elétrica</i>	Forma de iluminação do domicílio do entrevistado	A iluminação do domicílio não for elétrica, de rede, gerador ou solar
	<i>Coleta de lixo</i>	Destino do lixo domiciliar	O destino do lixo domiciliar não for através de coleta direta ou indireta
	<i>Abrigabilidade adequada.</i>	Material predominante na construção das paredes externas do prédio	O material predominante na construção das paredes externas do prédio não for de alvenaria ou madeira aparelhada

Renda-Trabalho-Lazer	<i>Rendimento domiciliar per capita</i>	Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo
	<i>Carga horária adequada de trabalho</i>	Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Trabalhar mais de 44 horas semanais
	<i>Prática de atividade física</i>	Frequência com que costumava praticar atividade física no período de referência de 365 dias	Praticar atividade física menos de 2 vezes na semana

Fonte: Elaborado pelos autores.

5. Aplicação da primeira linha de corte: Estabeleceu-se um valor mínimo para que o indivíduo seja considerado privado ou não privado para rol dos indicadores analisados. Desta forma, é possível fazer a comparação dos dados de todos os indicadores para diferentes indivíduos. Tomemos o exemplo ilustrado abaixo, onde 6 dimensões são avaliadas para o total de 5 indivíduos, como na Tabela 1.

Tabela 1: Dimensões avaliadas e linha de corte

Dimensões avaliadas						
Salário	Luz elétrica	Água encanada	Coleta de lixo	Possui moradia	Anos de estudos	Indivíduos analisados
500	Sim	Sim	Sim	Sim	3	Pessoa 1
1500	Sim	Não	Não	Sim	9	Pessoa 2
1250	Sim	Sim	Não	Sim	10	Pessoa 3
1345	Sim	Sim	Sim	Sim	8	Pessoa 4
750	Não	Não	Sim	Sim	2	Pessoa 5

Fonte: Elaboração própria.

Conforme Vieira, Kuhn e Marin (2017), para caracterizar um indivíduo privado, na aplicação da primeira linha de corte, codifica-se cada indicador pela letra P. Por outro lado, se for considerado não privado, é codificado com NP. Sendo os critérios de privação para Salário ($x < \frac{1}{2}$ salário mínimo, para o ano de estudo considerado), Luz elétrica ($x =$ Não possui), Água encanada ($x =$ Não possui), Coleta de lixo ($x =$ Não possui), Possui moradia ($x =$ Não possui) e Anos de estudos ($x < 8$ anos de estudo), então a matriz de privação estaria como na Tabela 2.

Tabela 2: Dimensões avaliadas e linhas de corte para Privados e Não Privados

Dimensões avaliadas						
Salário	Luz elétrica	Água encanada	Coleta de lixo	Possui moradia	Anos de estudos	Indivíduos analisados
P	NP	NP	NP	NP	P	Pessoa 1
NP	NP	P	P	NP	NP	Pessoa 2
NP	NP	NP	P	NP	NP	Pessoa 3
NP	P	NP	NP	NP	NP	Pessoa 4
P	P	P	NP	NP	P	Pessoa 5

Fonte: Elaborado pelos autores.

6. Contagem do número de privações: Após a aplicação da primeira linha de corte, computa-se quantas privações cada indivíduo da amostra obteve. Atribui-se uma numeração de 0 e 1 com o intuito de facilitar o corte, onde o número 1 representa privação, enquanto o número 0 significa que o sujeito analisado é não privado.

		Dimensões analisadas						
X =	1	0	0	0	0	1	Indivíduo 1	
	0	0	1	1	0	0	Indivíduo 2	
	0	0	0	1	0	0	Indivíduo 3	
	0	0	0	0	0	0	Indivíduo 4	
	1	1	1	0	0	1	Indivíduo 5	

Para o exemplo apresentado, tem-se a seguinte situação de privação para cada indivíduo:

		Número de dimensões privadas	
X =	2		Indivíduo 1
	2		Indivíduo 2
	1		Indivíduo 3
	0		Indivíduo 4
	4		Indivíduo 5

7. Definição da segunda linha de corte: Após o resultado obtido para a avaliação do número de privações, deve-se estabelecer um número mínimo de privações para que o indivíduo seja classificado ou não como multidimensionalmente pobre. Uma pessoa é considerada pobre

quando os pontos são maiores ou iguais ao ponto de corte, no exemplo dado, isso ocorre quando $k \geq 2$. Vale destacar que a literatura indica que se considere privado o indivíduo em que a pontuação de privação for maior ou igual a 1/3 (um terço) das dimensões analisadas.

8. Aplicação da segunda linha de corte: Etapa que consiste em aplicar a análise das privações e, desta forma, estabelecer se a pessoa é multidimensionalmente pobre.

	Dimensões						Soma das privações	
X =	1	0	0	0	0	1	2	Indivíduo 1
	0	0	1	1	0	0	2	Indivíduo 2
	0	0	0	1	0	0	1	Indivíduo 3
	0	0	0	0	0	0	0	Indivíduo 4
	1	1	1	0	0	1	4	Indivíduo 5

No exemplo acima, todo indivíduo que apresentar privações igual ou maior que 2 recorrências é considerado multidimensionalmente pobre. Logo, as pessoas 1, 2 e 5 são multidimensionalmente privados.

9. Cálculo da incidência de pobreza: tal análise busca quantificar a incidência da pobreza (H), ou seja, mostrar a proporção de indivíduos privados em relação ao total. O H é calculado conforme a Equação 1.

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

Onde: q = o número de pessoas multidimensionalmente pobres; e n = número total de pessoas que compõe a amostra. Por exemplo: para uma amostra de 100 pessoas, em que 10 são consideradas multidimensionalmente pobres, (H) que será de $H=0,1$, ou seja, 10% da amostra analisada encontra-se na classe de multidimensionalmente pobres.

10. Cálculo do hiato de pobreza média: O cálculo desse hiato (A) mostra a intensidade da pobreza de cada indivíduo e pode ser calculado através da seguinte fórmula explícita na Equação 2.

$$A = \frac{\sum_1^n C_i(k)}{q} \quad (2)$$

Onde: $C_i(k)$ = número de privações do indivíduo; e q = número de pessoas multidimensionalmente pobres.

11. Cálculo da incidência ajustada: Esta análise tem a capacidade de demonstrar o quanto de privações a população multidimensionalmente pobre sofre e determinar em que medida a amostra é considerada extremamente pobre ou pouco pobre. Estima-se então, através da Equação 3,

$$M_0 = HxA \quad (3)$$

Substituindo-se as equações (1) e (2) na Equação 3, formula-se a Equação 4 a seguir:

$$M_0 = \left(\frac{q}{n}\right) x \left(\frac{\sum_{i=1}^n C_i(k)}{q}\right) \quad (4)$$

Tendo em vista a especificação do método implementado, apresentam-se a seguir os principais resultados da pesquisa bem como uma discussão acerca deles.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que a maior parte da população sulista brasileira em 2015 era composta por jovens (22,3%) e que este grupo social é resguardado legalmente pela Constituição de 1988 e, posteriormente, pelo Estatuto da Juventude, torna-se importante uma análise de suas privações mediante o arcabouço teórico já apresentado. A fase de vida dos 15 aos 29 anos, período correspondente à juventude, caracteriza-se como um período de muitas transformações da vida do indivíduo, tais como: o término dos estudos básicos, o início da formação no ensino superior, a inserção no mercado de trabalho, os primeiros passos na construção de uma carreira e, em alguns casos, a constituição de uma nova família (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2006). Desse modo, a forma como os indivíduos encaram essas grandes transições é primordial na análise de seu bem-estar social.

Na busca pela caracterização dos indivíduos analisados, a Tabela 3 traz os dados referentes à população total de cada estado da região Sul e ao seu contingente jovem para o ano de 2015, conforme dados da projeção do IBGE (2013). Dentre os estados analisados, a maior proporção de jovens em relação à total foi em Santa Catarina (25,56%), seguida pelo Paraná (24,55%) e, por último, encontra-se o Rio Grande do Sul (23,08%). A análise desses dados releva que a parcela da juventude na região Sul é bastante expressiva e, como tal, merece uma atenção especial em relação às privações que podem sofrer.

Tabela 3 - População total e população jovem da região Sul do Brasil

Estados	Grupo avaliado	População	(%) de jovens em relação à população total
Paraná	Total	11.163.018	24,55%
	Jovens	2.741.197	
Santa Catarina	Total	6.819.190	25,56%
	Jovens	1.743.496	
Rio Grande do Sul	Total	11.247.972	23,08%
	Jovens	2.596.741	

Fonte: Adaptado de IBGE (2013).

Após conhecer, em termos numéricos, a população tratada neste estudo, apresenta-se, a seguir, os resultados parciais que evidenciam o nível de privação sofrido pela juventude sulista do Brasil nas diversas dimensões e indicadores analisados. Para tanto, aplicou-se o método Alkire e Foster, com resultados expostos no Quadro 2. A base de dados utilizada foi a PNAD de 2015, a qual investigou 12.138 indivíduos jovens (de 15 a 29 anos) para os três estados que compõem a região Sul do Brasil.

Quadro 3 - Resultados da aplicação do modelo Alkire-Foster para jovens do Sul do Brasil

Cálculo de Incidência (H)	Cálculo do Hiato da Pobreza Média (A)	Incidência Ajustada (M)
0,072993903	0,1248296	0,009111801

Fonte: Elaborado pelos autores.

O cálculo de incidência de pobreza (H), como afirmado anteriormente, mostra a proporção de pobres em k ou mais indicadores, como este estudo utilizou 11 indicadores, optou-se por k maior ou igual a 4. A incidência de pobreza constatou que para o ano de 2015, apenas cerca de 7,3% dos jovens da região Sul do país eram considerados multidimensionalmente pobres. Entretanto, ainda é um número expressivo, são cerca de 166 mil pessoas em condições de privação. Seguindo a análise, deve-se atentar para o fato que Alkire e Santos (2009) salientam, de que o cálculo de H não é sensível ao número de privações que um indivíduo considerado pobre enfrenta. Para tanto, é preciso calcular o hiato de pobreza média (A), que demonstra a média da fração de dimensões que os indivíduos são privados. Neste estudo, aproximadamente o cálculo de A resultou em 12,48%, ou seja, em média, as pessoas são consideradas privadas em 12% dos indicadores analisados. O próximo passo da análise do método Alkire e Foster é a mensuração da incidência ajustada (M), que pode ser considerada um termômetro da amostra, quanto mais próximo de 100%, mais pessoas são privadas em grande parte dos indicadores analisados. Para a pesquisa em questão, a Incidência Ajustada foi de 0,91%, ou seja, o total de indicadores em que os pobres sofrem privação representa menos de 1% do máximo possível na amostra em estudo. Todos esses resultados encontram-se expostos no Quadro 3 acima.

Esses resultados favoráveis à amostra analisada, estão de acordo com pesquisas como a realizada por Fahel, Teles e Caminhas (2016) sobre a pobreza multidimensional no Brasil, na qual revelaram um menor grau de privações para a região Sul do país quando comparada a regiões como Nordeste ou Norte. Ademais, Vieira, Kuhn e Marin (2017) fizeram um estudo sobre a análise da pobreza em suas múltiplas facetas para o estado do Rio Grande do Sul, indicando que, no geral, o índice de pobreza é baixo para o estado gaúcho, entretanto, isso se diferencia quando a análise é feita por indicador e por cada município separadamente. Desse modo, faz-se necessária uma última análise acerca do número de indivíduos privados em cada dimensão e em cada indicador utilizado no presente estudo.

Essa última análise torna-se instigante, porque em comparação com outras regiões, o Sul possui um histórico de menores condições de pobreza, tanto em termos multifacetados (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016), como em termos apenas de renda monetária (ATLAS, 2013). Esse resultado também pode ser visto através de indicadores considerados multidimensionais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que calculado para o ano de 2010, demonstrou que a região Sul apresentou o maior índice do Brasil (0,831) (ATLAS, 2013). Desse modo, o resultado da baixa incidência de pobreza multidimensional para a juventude da região analisada não se apresenta como um fato dissonante da realidade demonstrada ao longo dos anos.

Entretanto, para a possível proposição de políticas públicas que corrijam esses percentuais para valores ainda menores, é preciso entender como comporta-se cada dimensão e indicador analisado. Para fins de melhor visualização, retrata-se na Figura 1 a relação entre o número de indivíduos considerados pobres e cada dimensão analisada. O resultado encontrado demonstra que a dimensão Condições Sanitárias, se sobressai com o maior número de indivíduos privados dentre as quatro, um total de 55,93% da população analisada. Esse fato é considerado como extremamente preocupante a nível mundial, tanto que em 2015 lançaram-se as metas 6.1 e 6.2 da ODS⁹ que visam, até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água

⁹ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma agenda de metas e objetivos que visam a erradicação da pobreza, acirramento das discussões sobre segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero,

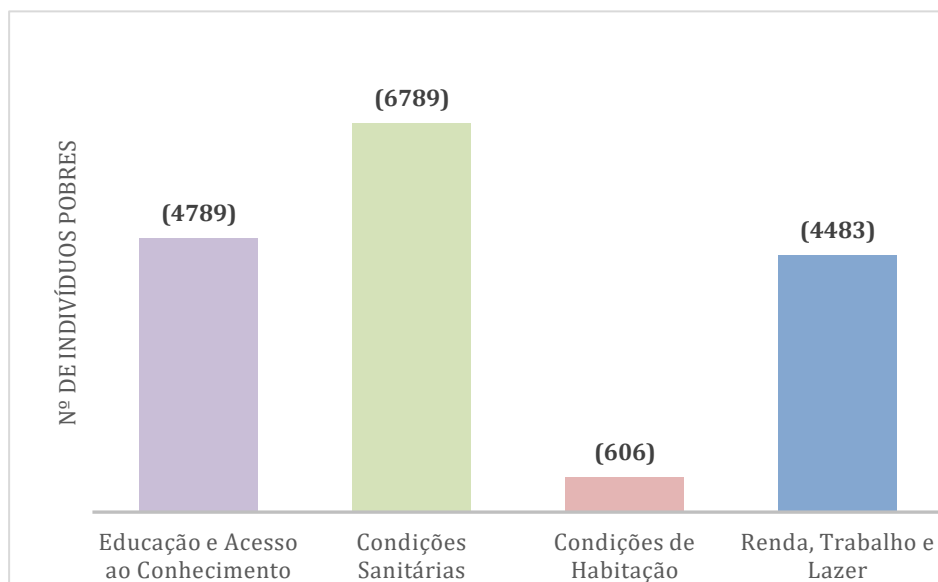
potável segura e acessível para todos, bem como alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.21).

As dimensões 'Educação e Acesso ao Conhecimento' e 'Renda, Trabalho e Lazer' também trazem números expressivos de jovens em condições de privação. O relatório do IBGE (2016) demonstra a grande preocupação com os temas educação e trabalho quando se trata da juventude brasileira. As metas 8.5 e 8.6 dos ODS de 2005 buscam, até 2030, uma formação e condições de trabalho adequadas para o público jovem através do alcance do emprego pleno e produtivo e condições de trabalho descentes, inclusive com remunerações iguais às demais parcelas da população. Para 2020, procura-se reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação. Desse modo, vale a preocupação com a população analisada, uma vez que na primeira dimensão, são 39,45% da população em condições de privação, enquanto na segunda são 36,93% dos jovens sulistas em condições precárias dessa dimensão.

A última dimensão analisada, Condições de Habitação, revela a menor parcela de privação dentre as analisadas. As causas desse resultado positivo relacionam-se em grande medida com o amplo acesso dos domicílios em que habitam os indivíduos investigados possuírem amplo acesso aos indicadores que qualificam essa dimensão. Grande parte dos domicílios sulistas possuem as paredes externas de alvenaria ou madeira aparelhada, acesso a coleta direta ou indireta do lixo e iluminação elétrica. O IBGE (2016) afirma que no ano de 2005 já era de 83,5% a parcela de residências que possuíam acesso à energia elétrica, aumentando em 2015 para 98,2% tornando-se um bem de uso praticamente universal.

Desse modo, as políticas públicas que devem ser melhoradas para corrigir parte dos problemas da pobreza multidimensional, objetivando-se o desenvolvimento social, são, sobretudo, aquelas relacionadas com "Condições Sanitárias", "Educação e Acesso ao Conhecimento" e "Renda-trabalho-lazer".

Figura 1 - Total de jovens do Sul do Brasil pobres em cada dimensão analisada

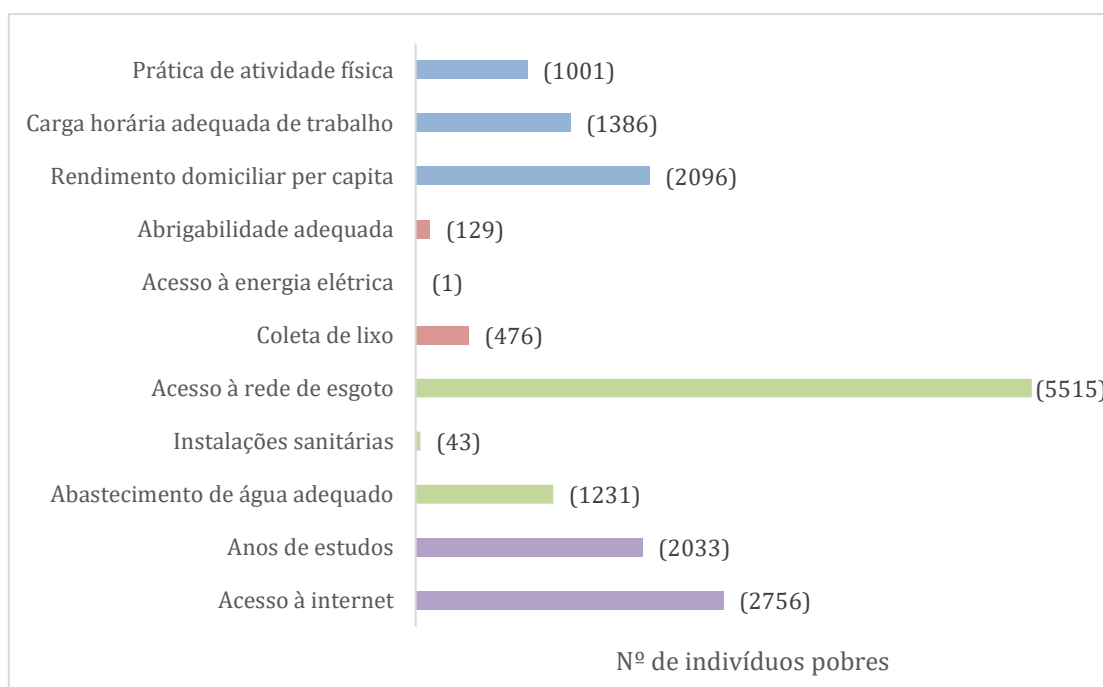


Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma verificação ainda mais detalhada pode ser obtida com o número de privações por indicadores. Desse modo, pode-se analisar qual indicador contribui para o nível mais alto de privação em uma dada dimensão. A Figura 2 ilustra a relação entre o número de jovens do Sul do Brasil privados e o indicador analisado.

redução das desigualdades, energia, água e saneamento, entre outros. Tais metas/objetivos devem ser alcançadas até 2030 e foi adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015.

Figura 2 - Número de jovens do Sul do Brasil privados por indicadores analisados



Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar, primeiramente, a dimensão Condições Sanitárias, formada pelos indicadores: acesso à rede de esgotos, instalações sanitárias e abastecimento de água adequado, verifica-se que é, sobretudo, a falta de acesso à rede de esgoto que eleva substancialmente a quantidade de indivíduos privados nessa dimensão. São cerca de 45,43% dos jovens entrevistados que possuem privação nesse indicador, revelando a grande falta de atenção dos formuladores de políticas públicas para essa situação. A segunda dimensão analisada, Educação e Acesso ao Conhecimento, é composta pelos indicadores: anos de estudo e acesso à internet, e demonstra que aproximadamente 22,7% dos indivíduos analisados não possuem acesso à internet, ferramenta primordial no mundo atual, sobretudo para a idade considerada. Além disso, cerca de 16,75% estudaram menos de 8 anos, o estipulado como adequado. Ou seja, essa parcela expressiva de jovens não chegou sequer ao final do ensino fundamental.

As privações nessas duas dimensões vão ao encontro dos resultados obtidos no trabalho de Vieira, Kuhn e Marin (2017), no qual apontam problemas semelhantes para o Rio Grande do Sul, principalmente nas privações relacionadas com escoadouro e anos de estudos entre os anos 2000 e 2010, mostrando que apesar de evolução temporal em quase todos os indicadores, ainda é necessária uma atenção especial para o investimento em saneamento básico e educação.

A dimensão Renda, Trabalho e Lazer é composta por três indicadores, a saber: rendimento domiciliar *per capita*, carga horária adequada de trabalho e prática de atividade física. O indicador rendimento domiciliar *per capita* aparece em diversos estudos sobre pobreza, tanto naqueles que focam na renda como único determinante da privação dos indivíduos, quanto naqueles que analisam o fenômeno da pobreza por um olhar multidimensional. Sobre esse indicador, os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano consideravam, para o ano de 2010, vulneráveis à pobreza as pessoas que sobreviviam com até R\$ 255,00, que representava 50% do salário mínimo vigente no mesmo ano. Utilizando esse critério, observa-se que cerca de 17,26% dos jovens da região Sul convivem em situação de vulnerabilidade em relação à renda. Outro indicador interessante dessa dimensão é a carga horária trabalhada, cerca de 11,37% dos jovens sulistas são privados nesse indicador, apesar de ser uma parcela mais reduzida, é uma

das preocupações do relatório da OIT (2015)¹⁰, de que os jovens possuam acesso ao trabalho formal e descente.

São, portanto, esses cinco indicadores entre os onze considerados que possuem os maiores números de indivíduos privados. Apesar de, no geral, as condições de vida da juventude residente na região Sul do Brasil apresentarem resultados baixos de pobreza multidimensional e melhores que os de outras regiões, os indicadores acima analisados, principalmente relacionados a condições sanitárias e educação e acesso ao conhecimento ainda precisam de maiores investimentos de políticas públicas para reduzir ao mínimo possível os casos de privação dos jovens sulistas. Essa faixa etária, além de ser um grupo resguardado pela Constituição Federal do Brasil por apresentar-se como um grupo suscetível à vulnerabilidade, merece grande destaque por ser um número bastante expressivo no país e também na região Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude é uma fase de transição importante na vida de qualquer indivíduo, é nessa etapa que a muitas mudanças ocorrem concomitantemente. Os jovens começam a fazer várias escolhas e a planejar o futuro, e, por isso é uma fase crítica, pois as in experiências e as privações que eles venham a vivenciar podem impactar drasticamente o resto de sua vida. Desse modo, neste estudo, objetivou-se estimar a incidência de pobreza no público juvenil da região Sul brasileira, bem como as principais fontes dessas privações, visto que não foram encontradas pesquisas anteriores para tal temática. Para tanto, ressalta-se que a abordagem da pobreza utilizada foi a multidimensional dos estudos de Amartya Sen. A metodologia empregada utilizou-se do modelo Alkire-Foster, frequentemente empregado para estudos da pobreza multifacetada, com base de dados extraída da PNAD 2015.

Como principais constatações, ressalta-se que a pobreza se manifesta de múltiplas maneiras em um pequeno percentual da população analisada. Entretanto, desagregando as dimensões, percebeu-se que foram Condições Sanitárias e Educação e Acesso ao Conhecimento as dimensões que mais contribuíram para as condições de privação que ocorreram. Dentre os onze indicadores analisados, acesso à rede de esgoto disparou como o mais deficitário dentre os demais, entretanto, também demonstraram expressiva parcela nas condições de privação dos indivíduos analisados, anos de estudo, acesso à internet, rendimento domiciliar *per capita* e carga horária adequada de trabalho. Dentre as demais dimensões, Condições de Habitação apresentou números bastante pequenos de privação, bem como seus indicadores de análise (abrigabilidade adequada, acesso à energia elétrica e coleta de lixo).

Desse modo, encontrou-se que apenas 7,3% da população jovem analisada da região Sul do Brasil é considerada multidimensionalmente pobre. Isso relaciona com as medidas de outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual, para a região Sul, é o melhor do Brasil. Assim, os jovens da região sul apresentam uma alta qualidade de vida e um baixo nível de privação se compararmos com as outras regiões do país. Entretanto, por ser uma faixa etária da vida humana que facilmente incorre em vulnerabilidades, a juventude merece uma maior atenção por parte dos formuladores de políticas públicas. Isso porque a qualidade de vida dos jovens é essencial para que no futuro, eles tenham um alto nível de desenvolvimento pessoal e profissional, que garanta uma qualidade de vida satisfatória, e que como consequência possibilitem um maior nível desenvolvimento econômico e social para a região Sul do país.

¹⁰ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou um relatório intitulado “Juventude e trabalho informal no Brasil” onde discute os caminhos do trabalho informal na juventude e as propostas para a mudança dessa realidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcela R.; CUNHA, Marina S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, set./dez. 2012.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty. **Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)**. Working Paper, n.32, 2009.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> >. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Juventude**. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm >. Acesso em: 20 mar. 2018.
- CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: CAMARANO, Ana Amélia (Coord.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5504 >. Acesso em: 20 dez. 2017.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n.2, p. 1-12, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_abstract&tlng=es >. Acesso em: 10 jan. 2018.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2017.
- FAHEL, Murilo; TELES, Leticia R.; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **RBCS**, v. 31, n. 92, p. 1 – 22, out., 2016.
- GADEA, Carlos A.; SILON, José; ROSA, Fátima S. da; CEZAR, Márcia da S; DICK, Hilário. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre – RS. **Sociologias**, a. 19, n. 45, mai/ago, p.258-299, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/v19n45/1517-4522-soc-19-45-00258.pdf> >. Acesso em: jan. 2018.
- GROPPO, Luis Antonio. **Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, 2016.
- IBGE. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060**. 2013. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados> >. Acesso em: 10 mar. 2018.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro, 2016. 141 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova Iorque, 2015. 42 p. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Juventude e trabalho informal no Brasil**. OIT Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: OIT, 2015.

SANDER, Cristiane. UM OLHAR SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA DESDE A PERSPECTIVA PARTICIPATIVA. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 6, 2014, Toledo. **Anais...** Toledo, 2014. p. 1 - 13.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Schwarcz S.A, São Paulo, 2013.

VIEIRA, Carine de Almeida; KUHN, Daniela Dias; MARIN, Solange Regina. **Método alquire-foster**: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 48, p. 267 – 299, 2017.

WILBER, George L. **Poverty**: A New Perspective. The University Press of Kentucky, Lexington, 1975.

WORLD employment and social outlook 2016: transforming jobs to end poverty. Geneva: **International Labour Office - ILO**, 2016. 182 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_481534.pdf>. Acesso em: out. 2017.

ZAMBAM, Neuro José. **A teoria da justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável**. 2009, 189 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.